



**Simone Cavalcante**

- Pedagoga.
- Pós graduada em Educação Especial pela Unesp.
- Concursada da rede municipal de São Paulo desde 2002.
- Professora e atualmente diretora da rede municipal de São Paulo
- Foi professora da rede estadual de SP.

## **AULA- Saberes Docentes e Formação Profissional**

Segundo Weisz (2009), em uma perspectiva construtivista, o conhecimento só avança quando o aprendiz tem bons problemas sobre os quais pensar. É isso que justifica uma proposta de ensino baseada na ideia de que se aprende resolvendo problemas. Construir situações que se orientem por esses pressupostos, para a autora, exige do professor competência para elaborar aos alunos

(A) atividades que representem possibilidades difíceis, mas coloquem dificuldades possíveis.

(B) propostas que parecem insolúveis ao aprendiz no momento para que possam instigá-lo.

(C) problemas fáceis que não apresentam desafios a eles, adquirindo confiança em sua capacidade.

(D) problemas de fácil solução que envolvam os saberes construídos fora das situações escolares.

(E) atividades que eles possam resolver por meio de jogos e brincadeiras simples com estratégias mais demoradas.

---

Para Imbernón (2010), mudanças de contexto, de organização, de gestão e de relações de poder entre os educadores são necessárias, já que a formação por si mesma resulta pouco, se não está unida a tais mudanças. Segundo o autor, o desenvolvimento profissional não recai na formação, mas em diversos componentes que ocorrem conjuntamente na prática laboral do ensino. Nesse sentido, a formação continuada deve fomentar o desenvolvimento

(A) de cursos, seminários ou jornadas, em grande escala, tratando de temas atuais, envolvendo todo o corpo docente.

(B) pessoal, profissional e institucional dos professores, potencializando um trabalho colaborativo para transformar a prática.

(C) individual do professor mais do que os modelos de formação de aspecto coletivo, tendo em vista que a melhoria da prática educacional deve ser pessoal.

(D) que implique aprender, inovar e mudar mais como forma de melhorar a capacidade profissional do professor.

(E) de lideranças no interior da escola que possam contribuir com a gestão na solução de problemas do cotidiano.

### **Concurso: Professor PEB II Perúibe- 2019**

Durante a trajetória profissional de um educador, é bastante improvável que este nunca venha a se defrontar com situações-limite do ponto de vista humano, codificadas nas “diferenças” encarnadas em algum ou alguns de seus alunos. Ao discutir o papel da escola no enfrentamento dessas “diferenças”, Groppa (2000) afirma que compete a ela

- (A) assumir uma perspectiva ético-política de continência e inclusão consequente da alteridade.
- (B) criar uma política de assistencialismo para acolhimento dos “alunos-problema”, vítimas inocentes de maus-tratos.
- (C) propor aos docentes uma psicologização das práticas educativas, procurando tratar os traumas da infância que causam os problemas atuais.
- (D) recorrer a estratégias pré-programadas sugeridas pelos docentes, com o intuito de que os alunos se conformem ao padrão desejado.
- (E) transferir os alunos “diferentes” para outras esferas públicas mais aptas no que se refere ao atendimento desse outro tipo de clientela.

## **AULA- LEGISLAÇÃO FEDERAL**

### **Concurso: Auxiliar de Educação- Prefeitura de Sorocaba- 2008**

Em relação ao Ensino Fundamental, é correto afirmar que:

- (A) os sistemas de ensino devem desdobrar o ensino fundamental em ciclos.
- (B) os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série devem adotar o regime de progressão automática.
- (C) será ministrado exclusivamente em língua portuguesa.
- (D) será preferencialmente a distância, utilizado como complementação da aprendizagem.
- (E) o currículo incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei Federal n.º 8.069.

---

Conforme o art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) autonomia, imunidade, universalidade, transparência e competência.
- (C) anterioridade, autoridade, uniformidade, probidade administrativa e competência.
- (D) liberdade, legalidade, responsabilidade, igualdade e transparência.
- (E) responsabilidade, moralidade, publicidade, exclusividade e isonomia.

## Concurso: Coordenador Pedagógico São José do Rio Preto- 2008

A Constituição Federal de 1988 (art. 210, § 1.º) determina que o ensino religioso

- (A) de matrícula facultativa, constitua disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- (B) de matrícula facultativa, constitua disciplina dos horários normais das escolas públicas e privadas de ensino fundamental.
- (C) de matrícula obrigatória no ensino fundamental, seja facultativo nas escolas públicas de ensino médio.
- (D) seja facultativo para a matrícula e para a oferta em todas as escolas públicas e privadas.
- (E) de matrícula obrigatória na educação básica, seja facultativo para as escolas particulares.

---

Ao entregar aos seus alunos do ensino fundamental o material didático-escolar, oferecer alimentação e propiciar assistência à saúde, o sistema público de ensino está

- (A) promovendo uma campanha assistencialista que nada tem a ver com o direito à educação.
- (B) assegurando o direito conferido à criança e ao adolescente, pela Lei Federal n.º 8.069/90.
- (C) cumprindo o que determina a Lei Federal n.º 8.069/90, apenas no caso do material didático-escolar, e promovendo assistencialismo nas demais situações.
- (D) atendendo ao que determina a Lei Federal n.º 8.069/90, apenas no caso da oferta de merenda escolar.
- (E) contrariando dispositivos legais ao aplicar recursos financeiros para fins não previstos na legislação.

---

Ao estabelecer que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB – serão distribuídos entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios, considerando-se exclusivamente as matrículas nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, a Lei Federal n.º 11.494/07 define que observará as determinações da Constituição Federal de 1988. Isso significa que os recursos serão distribuídos observando-se que

- (A) os Municípios atuarão prioritariamente na Educação Infantil e os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Médio.
- (B) os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e o Estado e o Distrito Federal, no Ensino Médio, ficando a Educação Infantil a cargo das entidades filantrópicas, prioritariamente.
- (C) os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, e o Estado e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Médio.
- (D) os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, e o Estado e o Distrito Federal atuarão prioritariamente em toda a Educação Básica.
- (E) os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, e o Estado e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Médio.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, ao afirmar que, a partir da Constituição Federal de 1988, a Educação Especial passou a ter novo conceito, alerta para o fato de que

(A) se instituiu obrigatoriamente o atendimento para todas as crianças portadoras de necessidades especiais, nas classes ou escolas devidamente preparadas para esse fim, promovendo a inclusão de todas, sem distinção.

(B) a Educação Especial passou a ser compreendida como uma modalidade de ensino que substitui, na maioria dos casos, os serviços educacionais comuns, sem questionar a idade do aluno para quem esses serviços comuns são substituídos.

(C) essa matéria é tratada no novo texto constitucional, no âmbito da assistência ao cidadão, para garantir os necessários cuidados para a inserção social dessas crianças e jovens portadores de necessidades educacionais especiais.

(D) a Educação Especial começa a ser entendida como modalidade que perpassa, como complemento ou suplemento, todas as etapas e níveis de ensino, num trabalho constituído por um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio ao aluno.

(E) hoje está previsto tratamento especializado para todos os portadores, em ambientes especiais, dotados de materiais diversos e profissionais especializados, para propiciar a eles um atendimento mais competente, em substituição à escola.

### **Concurso: Diretor de escola São Bernardo do Campo- 2018**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP no 2/17, integra a política nacional da Educação Básica e deverá contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. Nesse sentido, a BNCC é um

(A) conjunto de leis, portanto obrigatório, que traduz os princípios, fundamentos e procedimentos para a organização do sistema educacional brasileiro do ponto de vista administrativo, pedagógico e curricular.

(B) documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos.

(C) guia de orientação às escolas, portanto, não obrigatórios, que contêm um conjunto de reflexões de cunho educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas.

(D) conjunto de textos, organizados por área, para auxiliar os professores no desenvolvimento dos conteúdos curriculares, em busca da melhoria da qualidade da educação.

(E) documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação.

---

A Lei Federal no 9.394/96 é considerada a mais importante lei educacional brasileira, por estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. Assim, ao tratar das disposições gerais da educação básica, define que

(A) o controle de frequência é competência da escola, sendo exigida a frequência mínima de setenta por cento do total de horas letivas para aprovação.

(B) o aluno poderá ser classificado em qualquer série ou etapa da educação básica, independentemente de escolarização anterior, sem a exigência de avaliação prévia.

(C) a organização das classes ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, somente será permitida para o ensino de línguas estrangeiras e artes.

(D) a escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos, tendo como base as normas curriculares gerais.

(E) o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, e a educação física, constituirão componentes curriculares facultativos na organização da proposta pedagógica da escola.

### **Concurso: Diretor de Escola Marília- 2017**

A Lei Federal no 9.394/96, ao tratar do direito à educação e do dever de educar, em seu art. 4º, afirma que o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante a garantia de

(A) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.

(B) educação infantil gratuita às crianças de até 6 (seis) anos de idade.

(C) oferta de ensino noturno regular aos educandos com idade superior a 15 (quinze) anos.

(D) vaga em escola de educação básica, mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 6 (seis) anos de idade.

(E) educação básica obrigatória dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos de idade.

---

O Plano Nacional de Educação – PNE foi instituído com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Assim, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 214, caracteriza o PNE, que tem como um dos seus objetivos

(A) definir os recursos financeiros para a aplicação na área de educação.

(B) punir os gestores públicos que não atingirem as metas definidas para a educação.

(C) articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração.

(D) definir as competências dos entes da federação em relação à educação básica.

(E) fornecer indicadores para a educação infantil no Brasil.

---

Em uma reunião de professores de uma escola de educação básica, uma professora se manifesta externando sua indignação com a mãe de um aluno seu, pois foi indagada por ela a respeito do modo como trabalha em sala de aula, quando lhe perguntou: quais são as etapas de aprendizagem e ensino envolvidas no processo pedagógico que desenvolve? O Diretor da escola, que conduzia a reunião, com base no art. 53 da Lei Federal no 8.069/90, responde à professora que

(A) é comum os pais tentarem interferir na dinâmica da sala de aula.

(B) deve orientar a mãe a procurar pela Secretaria Municipal de Educação para obter as informações desejadas.

(C) deve informar a mãe de que o processo pedagógico desenvolvido pela escola diz respeito unicamente a essa.

(D) é inadmissível que os pais ou responsáveis interfiram nos processos da escola.

(E) é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico.

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ministério da Educação publica as Diretrizes Curriculares Nacionais, constituindo-se em definições doutrinárias para o sistema educacional brasileiro. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm como objetivo, dentre outros,

- (A) sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica.
- (B) definir os conteúdos das disciplinas que fazem parte da Educação Básica.
- (C) determinar como a escola deve conduzir seu processo de avaliação da aprendizagem.
- (D) organizar a participação da comunidade escolar na gestão da escola.
- (E) sistematizar os programas de formação continuada dos professores.

### **Concurso: Professor PEB II Peruibe- 2019**

No início do ano letivo, em uma escola pública municipal de ensino fundamental, estavam sendo definidas as propostas educacionais. O pai de uma adolescente, regularmente matriculada nessa escola, compareceu e queria participar da definição das propostas educacionais, mas foi impedido de participar pelo diretor da escola. Conforme a Lei Federal no 8.069/90, Art. 53, é correto afirmar que

- (A) o diretor da escola cometeu um erro, pois os pais têm o direito de participar da definição das propostas educacionais.
- (B) a participação na definição das propostas educacionais fica reservada apenas aos membros do Conselho de Classe e Série.
- (C) o diretor da escola agiu corretamente, pois é direito dos membros do corpo docente participar da definição das propostas educacionais.
- (D) a lei assegura aos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, sem fazer menção de sua participação na definição das propostas educacionais.
- (E) os pais ou responsáveis têm acesso às propostas educacionais após sua definição pela escola, mas não têm direito de intervir em sua construção.

---

Conforme a Lei Federal no 9.394/96, Art. 24, a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com algumas regras comuns, entre elas:

- (A) a classificação em qualquer série ou etapa, inclusive a primeira do ensino fundamental, pode ser feita por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola.
- (B) a carga horária mínima anual será de novecentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar.
- (C) poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, exceto para artes.
- (D) a verificação do rendimento escolar observará, entre outros critérios, avaliação diagnóstica e formativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos quantitativos e dos resultados das provas finais.

PROFESSORA  
**Luciene-  
Cavalcante**

vereador  
**Celso  
GIANNAZI**

PROFESSOR  
**CARLOS  
GIANNAZI**

(E) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

---

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 208, o dever do Estado com a educação será efetivado, entre outras garantias, mediante a garantia de

- (A) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.
- (B) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade, assegurando-se o desenvolvimento integral.
- (C) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo aprovação em exame vestibular ou afins.
- (D) oferta de ensino noturno regular, adequando-se o educando às condições oferecidas pelo estabelecimento de ensino.
- (E) atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

### **Concurso: Professor PEB II Ribeirão Preto 2019**

De acordo com o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a referida lei

- (A) define como princípios a liberdade de aprender e ensinar e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
  - (B) apresenta os requisitos para o exercício da profissão docente em cada um de seus níveis.
  - (C) estabelece os conteúdos do Currículo Nacional Básico, detalhado nas Diretrizes Curriculares Nacionais.
  - (D) trata com exclusividade do sistema público de ensino, sendo a escola privada regulada pela livre iniciativa.
  - (E) veta o ensino religioso escolar com vistas a proteger os princípios do Estado democrático laico.
- 

A Resolução CNE/CP no 2/2017 afirma, em seu artigo 5º, que a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve

- (A) demarcar as fronteiras entre os sistemas federal, estaduais e municipais de ensino com vistas a fortalecer ações educativas e propostas pedagógicas independentes e locais.
- (B) superar a fragmentação das políticas educacionais, fortalecendo a colaboração entre as três esferas de governo e balizando a qualidade da educação ofertada.
- (C) estabelecer o modelo do projeto político-pedagógico escolar, visando assegurar o cumprimento dos princípios de gestão democrática em cada unidade escolar.
- (D) atualizar as diretrizes que norteiam os currículos frente às novas demandas de aprendizagem, substituindo legalmente as deliberações do Plano Nacional de Educação (PNE).



(E) eliminar as variações locais na elaboração dos currículos nos sistemas de ensino público e particular, reduzindo assim as desigualdades entre eles.

## **Concurso: Professor PEB II São Carlos - 2012**

Entre os especialistas em educação, frequentemente os conceitos “currículo oficial” e “currículo formal” são utilizados para se referirem, respectivamente, ao currículo proposto pelos órgãos oficiais do governo e ao currículo proposto por instituições de ensino e docentes. Entretanto, levando em consideração o fato de que as aprendizagens vivenciadas pelo educando ocorrem de forma planejada e, às vezes, não planejada, dentro e fora da escola, criou-se o conceito de “currículo em ação”, o qual diz respeito

(A) aos conteúdos escolares que constam da grade curricular, determinados pela secretaria da educação.

(B) às prescrições produzidas em âmbito nacional, indicadas nos documentos oficiais e ratificadas nos regimentos escolares.

(C) àquilo que é externo à escola, mas transmitido pelo professor como cultura didatizada, indispensável ao aluno.

(D) aos conhecimentos mínimos necessários ao cidadão, constantes da Base Nacional Comum (Lei n.º 9.394/96).

(E) àquilo que ocorre efetivamente em sala de aula, por exemplo, quando ação e interação se articulam.

---

A escola deve ser um espaço de inclusão, sobretudo com relação aos educandos com necessidades especiais. Assim sendo, de acordo com a LDB, Lei n.º 9.394/96, pode-se afirmar que:

I. haverá professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

II. o atendimento educacional especializado gratuito ocorrerá preferencialmente na rede regular de ensino;

III. em razão de sua particularidade, eles precisam de recursos pedagógicos e metodológicos próprios.

Está correto o contido em

(A) I, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

---

No que diz respeito à verificação do rendimento escolar, conforme a LDB, Lei n.º 9.394/96, a avaliação do desenvolvimento do aluno será

(A) contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

(B) diagnóstica e cumulativa, considerando-se a soma das notas obtidas por meio de provas mensais, bimestrais e semestrais.





(C) contínua e somativa, tendo em vista sua função classificadora a partir das notas de desempenho escolar obtidas ao longo do período letivo.

(D) diagnóstica e formativa, com a finalidade de identificar e preparar os alunos para o ingresso no mercado de trabalho.

(E) formativa e somativa, evitando-se o predomínio dos aspectos subjetivos sobre os objetivos e garantindo-se um padrão aceitável de conhecimentos.

---

Acerca do Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento que aponta a direção a ser seguida pela escola, pode-se afirmar que:

I. contém propostas de ações concretas a serem realizadas ao longo do ano letivo;

II. deve ser elaborado levando-se em consideração as características peculiares da comunidade escolar;

III. para sua elaboração, não se faz necessária a participação de docentes, apenas de gestores (Lei n.º 9.394/96).

Está correto o contido em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.